

Experiências contra hegemônicas de organização do trabalho como práticas de resistência política: Proposta preliminar de categorização

Experiencias contrahegemónicas de organización del trabajo como práctica de resistencia política:
Propuesta preliminar de categorización

Counter hegemonic experiences of labour organization as political resistance practices: Preliminary proposition of categorization

Pedro de Almeida Costa*
pacosta@ea.ufrgs.br

Resumo: O presente trabalho apresenta resultados e reflexões de uma pesquisa, que procura se aproximar —a partir da orientação de pesquisa de *grounded theory*— de um conceito de organização alternativa orientado por categorias teóricas emergidas durante esse processo. Apresenta-se uma experiência contra hegemônica de organização do trabalho, localizando-a num referencial teórico inicial que possibilitou entender a sua organização como uma práxis, na qual seu posicionamento e seu discurso se desdobram como modos de agir e de organizar o trabalho. Esse diálogo entre evidências empíricas da pesquisa e o quadro teórico de referência, oferece uma categorização provisória do fenômeno que pode orientar política e cientificamente o trabalho desta e de outras pesquisas que possam entender tal tipo de experiência, sem, contudo, ter intenção de aprisioná-la ou reduzi-la ao conceito.

Palavras-chave: organizações contra hegemônicas, organização alternativa, grounded theory, neo-marxismo

Resumen: Este artículo presenta resultados y reflexiones preliminares de un estudio en curso que pretende abordar —desde una orientación de investigación basada en la *grounded theory*—, un concepto de organización alternativa guiada por categorías teóricas que surgidas durante este proceso. Se presenta una experiencia contrahegemónica de organización del trabajo, ubicándola en un marco teórico inicial que permite entender su organización como una praxis, en la que su posicionamiento y discurso se despliegan como formas de actuar y organizar el trabajo. Este diálogo entre la evidencia empírica inicial de la investigación y el marco teórico de referencia ofrece una categorización provisoria del fenómeno que puede guiar política y científicamente el trabajo de éste y otros estudios, que pueden comprender dicha experiencia sin pretender encarcelarla o reducirla al concepto.

Palabras clave: organización contra hegemónica, organización alternativa, grounded theory, neomarxismo

Abstract: This work presents preliminary reflections from a research in progress whose goal is to approach, from a grounded theory research orientation, a concept of alternative organization guided by theoretical categories that emerge from this process. A counter-hegemonic experience of labor organization is presented

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Escola de Administração), Porto Alegre, Brasil

and located in a starting theoretical background that makes it possible to understand its counter-hegemonic stance, from the social viewpoint, as well as its internal organization, as a praxis, in which its stance and discourse develop as ways of acting and organizing work. This contact between the starting empirical evidences and the theoretical framework offers a provisional categorization of the phenomenon that can guide politically and scientifically the work of this and other researches that can understand this type of experience, without, however, intending to imprison it or reduce it to the concept.

Keywords: counter-hegemonic organizations, alternative organization, grounded theory, neo-Marxism

Introdução

As dinâmicas sociais contemporâneas, matizadas e alicerçadas no discurso hegemônico do fim da história e na afirmação - do capitalismo como único modo possível de vida, postulam um único modo possível de organizar o trabalho, ante o qual todas as demais experiências são classificadas pejorativamente como “marginais” ou “alternativas”.

Há, por outro lado, e desmentindo esse discurso, uma diversidade de experiências que desafiam e contestam o discurso monocórdico do pensamento único, ao afirmarem diferentes modos de viver, de conviver e de trabalhar que não são meramente resíduos não integrados ao que se defende ser o destino inescapável de qualquer processo civilizatório.

O presente texto apresenta resultados de uma pesquisa que apresenta e discute criticamente o modo de organização do trabalho de uma dessas experiências, organizada com foco em trabalhar a serviço de outras experiências contra hegemônicas. A investigação mencionada teve o objetivo de conseguir se aproximar de um conceito de “organização alternativa” que, orientado por categorias teóricas que venham a emergir da pesquisa, possa ser uma ferramenta heurística capaz de, ao mesmo tempo, entender os modos de organizar o trabalho e orientar reflexões que levem à construção de mecanismos de autocrítica para essas mesmas experiências.

Metodologicamente, o estudo se caracterizou como uma pesquisa participante em que os próprios sujeitos das organizações fossem também produtores da reflexão que leve à construção do conceito, apontando que queremos trabalhar na linha da *grounded theory*, ou seja, que o próprio processo de investigação revele as categorias que explicam esses dados. A primeira parte da pesquisa apresenta dados secundários e uma aproximação direta com uma das experiências, na qual foi possível conhecer os propósitos e o histórico do seu processo organizativo. A cooperativa estudada foi organizada de modo a garantir uma forma e um espaço de trabalhar que atendesse aos propósitos de seus fundadores, assim como para apoiar e dar visibilidade a outras experiências de contestação e resistência à hegemonia capitalista.

Com estas reflexões iniciais, o presente texto quer situar essas experiências em um “campo de resistência política”, considerado como constituinte da própria formação social presente, que, mesmo sendo hegemonicamente capitalista, comporta experiências que a tensionam e que nascem da reflexão a respeito das suas próprias contradições.

O presente artigo está organizado em outras três seções além desta: uma em que são discutidos criticamente os conceitos de hegemonia e de contra hegemonia a partir das reflexões de Gramsci e das análises pós-marxistas de Laclau e Mouffe, além de alguns de seus comentadores. Ainda dentro dessa seção, discutimos a dinâmica interna dessas experiências, nas quais entendemos que são indissociáveis o pensar e o agir, ou seja, que o processo organizativo nelas presente pode ser lido como uma *práxis*.

As duas outras seções se constituem de: uma explicação sobre o método de pesquisa usado nessa etapa da investigação; apresentação e análise preliminar dos dados a respeito da primeira experiência investigada. As considerações preliminares apresentadas correspondem a uma reflexão a respeito dos

dados empíricos e apontam questões importantes para serem observadas no decorrer da investigação e também para animar outras pesquisas neste campo.

1. Embasamento teórico: podem as experiências contra hegemônicas de organização do trabalho estarem sinalizando uma forma organizativa que seja uma resistência política à hegemonia capitalista?

A presente seção vai procurar apresentar alguns conceitos – e uma articulação entre eles – que aponte para uma resposta positiva à questão que lhe dá o título. Analisaremos, por um lado, os conceitos de hegemonia a partir do trabalho de Gramsci e da perspectiva chamada neo-marxista de Laclau e Mouffe, para sustentar que elas podem ser entendidas como elementos e como forças sociais constituintes da própria dinâmica social e, portanto, um processo de resistência política constituinte do social.

Por outro lado, vamos apresentar um outro conjunto de argumentações para sustentar que, do ponto de vista de suas práticas organizativas internas, as experiências pesquisadas constituem um modo de organização que pode ser entendido como uma *práxis*, na medida em que as opções e escolhas feitas quanto ao modo de se organizarem para trabalhar são fortemente marcadas por valores nascidos de reflexões críticas sobre essa referida hegemonia, e que se colocam em oposição a ela.

Ou seja, o estudo que dá base ao presente artigo se coloca numa posição crítica à chamada hegemonia da organização (Misoczky, Flores e Bohm, 2008). Partimos também do pressuposto que mesmo os *Critical Management Studies* têm tomado como objeto empírico organizações como redes e movimentos sociais (Sullivan, Spicer e Bohn, 2011; Barcellos e Dallagnelo, 2014) ou outras lutas sociais (Bohm e Misoczky, 2010) e nós estamos nos detendo sobre organizações que, ainda que compartilhem da mesma perspectiva crítica à hegemonia do capital desses movimentos sociais — talvez constituindo aquilo que Laclau e Mouffe (2001) chamam de “cadeia de equivalência”— são iniciativas nas quais a ação política se manifesta a partir da organização do trabalho.

Pensamos que nesse tipo de organização, as tensões e contradições de se viver numa sociedade quando se contesta e resiste aos seus valores e práticas hegemônicas são muito mais fortes do que nos próprios movimentos sociais, uma vez que a forma de trabalhar e dar conta da sua reprodução material se vale —ou precisa se valer, ainda que de modo provisório— das mesmas práticas organizativas do seu antagonista. Acreditamos que dessa reinvenção diária que tais experiências precisam empreender para dar conta dessa contradição pode estar erigindo o que estamos chamando provisoriamente de “organização alternativa”.

Por fim, é relevante registrar que a escolha do referencial *gramsciano*, de seus comentadores e das suas releituras críticas não se deve unicamente à sua pertinência e densidade, mas também tem caráter político, por identificar na sua obra e na sua vida a materialização de um processo de luta política e social em nome da qual o “pequeno sardo” sacrificou o seu próprio corpo, sua liberdade (física) e sua vida. Entendemos que seu exemplo ilustra o quanto a produção intelectual e acadêmica precisa estar comprometida com as lutas do mundo e daqueles que o próprio Gramsci chamou de “simplicírios” ou de “subalternos”.

1.1. O lugar social das experiências contra hegemônicas de organização do trabalho: resistências políticas como parte constitutiva da organização social hegemônica

O conceito de hegemonia foi trabalhado por Antonio Gramsci (1891-1937) a partir de um conceito originalmente construído por Lênin, com quem o primeiro foi grande interlocutor durante o período em que militou como dirigente partidário e se envolveu nas dinâmicas e articulações da Internacional

Comunista. Essa origem aponta para a um conceito que é forjado não como diletantismo intelectual especulativo, mas como exercício de reflexão política que poderia ser classificada como *práxis*, outro conceito da tradição marxista que Gramsci e alguns de seus comentadores revisitam, e que também será discutido na próxima seção deste texto.

Marx pensou a luta revolucionária em um plano abstrato, mas foi Lênin quem estudou uma formação social concreta, a da Rússia, segundo Gruppi (1978). Gramsci desenvolve, portanto, o conceito de hegemonia a partir da reflexão de Lênin, e não de Marx. Lênin teria identificado a incompletude do desenvolvimento histórico, ou seja, da totalidade do desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo e da burguesia como classe capaz de levar a cabo esse projeto. Burity (1997) aponta que a categoria hegemonia em Lênin é construída justamente para dar conta de um vazio deixado pelo processo histórico real e, nesse sentido, possui um caráter eminentemente contingencial.

Dada essa condição de construção da categoria hegemonia como articulação de um processo histórico, Lênin propõe a ditadura do proletariado como etapa necessária ao desenvolvimento da sociedade socialista, e a hegemonia constitui, nesse quadro, a condução da classe trabalhadora pelo sujeito histórico que é o *partido*, e que seria capaz de mobilizar, após a tomada do Estado, a classe trabalhadora e construir o projeto de sociedade que seria imanente a essa própria classe.

Gramsci se vale da ideia de Estado ampliado, que ele cria, para sinalizar que a luta não passava simplesmente pela tomada do aparelho do Estado, mas que seria preciso também uma luta cultural pela produção de valores e de instituições ao nível da sociedade civil, para constituir o que ele chamou de *direção*, antes da *dominação* do Estado e, inclusive, como condição prévia para ela. Tal leitura decorre do contexto histórico e político da Itália, onde a formação sócio histórica concreta era diferente da russa e demandava uma articulação prévia entre determinadas forças políticas (operários e camponeses), que também deveria ser feita pelo partido, porém de modo *anterior* ao processo revolucionário e justamente como condição para mobilizar os atores políticos em torno dele.

Ou seja, “[...] temos aqui a hegemonia entendida não apenas como direção política, mas também como direção moral, ideológica” (Gruppi, 1978: 11). Para Lênin a função dirigente tinha relação com ideia de revolução, que passava pela tomada da direção do Estado, daí a sua importância. Hegemonia significaria a direção na construção de uma nova formação econômico-social e o domínio das forças produtivas, da superestrutura, dos valores e da cultura, através das ações de *direção*. Tal processo de reconstrução dos valores e da cultura, embora não pudesse vir de fora da própria classe operária, deveria ser construído por um grupo diretivo (o partido), ainda que endereçado para essa própria classe. Gramsci radicaliza essa perspectiva e sinaliza que seria preciso, *antes*, desenvolver a consciência de classe para que os trabalhadores construíssem eles mesmos a revolução, e essa conscientização é que seria a função do partido. A revolução seria feita pelos *intelectuais orgânicos* da classe, e não pela elite dirigente. Na sua vida de ativista político, aliás, essa postura de luta contra as elites partidárias foi uma constante, de modo que não se trata apenas de uma divergência teórica com a teoria revolucionária, mas uma divergência que é, também, histórica e política.

Para Gramsci, a consciência se desenvolve dialeticamente de um modo absolutamente imerso e, portanto, marcado pelas relações sociais concretas. Nas suas próprias palavras:

Daí ser possível dizer que cada um transforma a si mesmo, se modifica, na medida em que transforma e modifica o conjunto de relações do qual ele é o próprio ponto central. Neste sentido, o verdadeiro filósofo é – e não pode deixar de ser – nada mais que o político, isto é, o homem ativo que modifica o ambiente, entendido por ambiente o conjunto das relações de que o indivíduo faz parte (Gramsci, 1981: 40).

A hegemonia em Gramsci tenderia a construir um *bloco histórico*, formado pela estrutura e pela superestrutura sociais. Essa última se divide, como desdobramento que Gramsci faz da teoria marxista, entre superestrutura política (o Estado) e superestrutura ideológica (a sociedade civil), ou ainda entre o que ele chamou de sociedade política e sociedade civil, respectivamente. Ou seja, a essas duas esferas correspondem duas formas de exercício de poder que vão constituir a hegemonia: respectivamente o domínio e a direção. Exerce-se o domínio a partir do Estado, com a outorga formal para o exercício legítimo do poder. Mas para Gramsci, é importante repetir, só se chega ao poder tendo antes conquistado o status de dirigente, que corresponde ao exercício da direção moral e ideológica.

A construção da hegemonia é, assim, um processo de reforma intelectual e moral que se dá em torno da ideologia, e quem a constrói são os *intelectuais*. Os intelectuais não são, para Gramsci, pensadores de fora de uma classe, mas sim os seus próprios quadros. Para exercer direção, para construir hegemonia, ou uma aliança em torno de uma ideologia, é preciso produzi-la, segundo Gramsci, no seio da própria classe.

Tal construção deveria se dar através de mediações e estabelecimento de vínculos culturais com outras forças sociais, fazendo prevalecer nesse novo tecido criado as suas próprias posições. Como sustenta Gruppi:

Hegemonia é isso: capacidade de unificar através da ideologia e de conservar unido um bloco social que não é homogêneo. Uma classe é hegemônica, dirigente e dominante até o momento em que, através de sua ação política, ideológica e cultural, consegue manter articulado um grupo de forças heterogêneas (Gruppi, 1978:70).

Quando esse grupo se desarticula ou é incapaz de se manter coeso em torno de uma ideologia, essa hegemonia entra em crise e abre-se espaço para o estabelecimento de uma nova hegemonia. Essa é a esperança histórica e política de Gramsci, sua reflexão teórica e também a sua estratégia como ativista: a criação de alianças entre a classe operária e os camponeses italianos, às vezes englobando alguns setores da Igreja católica progressista na Itália, poderia desencadear, no seu exercício especulativo, a construção de uma hegemonia contraposta à então vigente, o que daria a base moral e ideológica para a revolução naquele país. É a união do que ele chamava de culturas subalternas.

Laclau e Mouffe (2001) apontam que, embora o conceito de hegemonia em Gramsci avance em relação ao de Lênin, na medida em que defende a anterioridade da construção ideológica em relação à revolução, ainda se prende à ideia de que a ideologia e consequentemente a hegemonia estão ligadas a uma classe social. Como bem salienta Burity (1997: 16), Gramsci “[...] continua a acreditar na possibilidade de um único princípio unificador de toda formação hegemônica ao nível ontológico, uma classe fundamental”. Nessa perspectiva teórica, a contra hegemonia, o processo de resistência política à ideologia da aliança hegemônica se dá com algumas diferenças.

A primeira delas é que a aliança que se forma não seria através de um processo de mediação, mas de articulação. Para Laclau e Mouffe (2001) a *mediação* significa que o diálogo mantido pelas forças sociais contra hegemônicas reconhece as diferenças entre elas, mas que, ao final, prevalece o domínio cultural de uma dessas forças, de modo que resta do processo que todas as forças permanecem defendendo as suas ideias originais embora possam concordar e se aliar às ideias de uma determinada força, conclusão que remete à noção de estabilidade. Já no processo de *articulação*, está presente a ideia dialética de síntese, indicando que as forças sociais que se aproximam e se articulam constroem um discurso que passa a ser o portador da hegemonia. Ou seja, a hegemonia já não estaria mais materializada no bloco histórico – uniformização da infraestrutura /estrutura econômica, da sociedade civil e da sociedade política em torno de uma ideologia de classe – mas sim num *discurso* que seria a síntese de muitas ideologias (ou de muitos discursos). O exercício da hegemonia seria, então, a

prevalência de um discurso construído nesse processo de articulação, ou se preferirmos, podemos dizer que a hegemonia passa a ser uma **prática articulatória apoiada em um discurso**, tomado aqui como um encadeamento de sentidos.

Tal articulação contra hegemônica, ainda na perspectiva de Laclau e Mouffe, resulta de um processo definido por outra categoria que os autores constroem, a de cadeia ou relações de equivalências, que consiste no movimento de aproximação de forças sociais a partir de uma exterioridade comum que redefine as suas diferenças mútuas, simplificando o espaço político, segundo Burity (1997: 21) “[...] em dois campos antagônicos e inconciliáveis”, onde se encontrariam, de forma oposta, dois discursos que são portadores de visões antagônicas para representar o social, que irão constituir, respectivamente, duas identidades que se definem por suas exterioridades mútuas: o hegemônico e o contra hegemônico.

É nessa relação de exterioridade mútua, de constituição de identidades opostas e sobredeterminadas, que reside o sentido social do que nesse texto estamos chamando de experiências contra hegemônicas de organização do trabalho. Assumindo-se essa perspectiva pós-marxista de hegemonia, passa-se a **perceber o social como espaço de uma disputa discursiva permanente** cuja dinâmica é mais complexa do que a mera conquista da direção intelectual, moral e cultural de uma sociedade.

Primeiramente, a própria noção de sociedade, como uma totalidade —ou com um espaço suturado, como nominam Laclau e Mouffe— é abandonada nessa perspectiva, a partir do pressuposto de que é impossível definir o que é a sociedade, e que tal nomeação corresponde ao que os mesmos autores chamam de essencialismo da totalidade. O social, por outro lado, se constituiria, na interpretação de Burity (1997: 19), “[...] no terreno da tensão insolúvel entre interioridade e exterioridade” dos discursos construídos nas diferentes articulações hegemônicas.

Adicionalmente, as articulações que se dão a partir de relações ou cadeias de equivalência entre diferentes forças sociais, colocam a necessidade de diálogo entre discursos igualmente diferentes que precisam se reelaborar constantemente. Isso significa, do ponto de vista das experiências contra hegemônicas, de identificar claramente o que define a sua exterioridade e o que a identifica a partir do antagonismo a ela, o que então pode permitir reconhecer quais são as forças sociais com que ela pode e quer dialogar no sentido da construção de um novo discurso hegemônico.

Por fim, é preciso levar em consideração que a ideia de um social indeterminado remete a outra categoria da obra de Laclau e Mouffe, a de *pontos nodais*. Dada a impossibilidade de uma definição permanente de sociedade, que remete à ideia que a hegemonia não pode ser definida por uma topografia social, as diferentes articulações discursivas que vão constituindo pontos nodais - pontos discursivos privilegiados que fazem fixações *parciais* de sentido no social. Assim, todo discurso se pretende ser uma explicação acabada do social —ou que se arroga portador da verdade que explica e dá sentido ao social— e é esse processo indefinido de disputa que define as articulações hegemônicas e os movimentos de resistência política que estamos chamando de contra hegemônicos.

Ou seja, do ponto de vista das experiências que estamos conhecendo nesta investigação, não se trata de as encarar como elementos formadores de uma “nova ordem”, mas realmente como experimentações que na sua reflexão sobre o trabalho e na relação dialética que essa reflexão estabelece com o próprio trabalho, vivenciam diálogos e relações que vão, ao mesmo tempo, transformando a sua identidade e a remetendo a um campo de reconhecimento mútuo com outras identidades equivalentes, por um lado (outras experiências com discursos distintos mas equivalentes), e antagônicas, por outro lado, ao modo hegemônico de organização do trabalho. Daí a sua relevância social: a de sinalizar a existência da diversidade, de negar a universalização —ou o desejo de universalização— do discurso hegemônico desse campo, sinalizando que ele não passaria de um ponto nodal, portanto precário e provisório de estabelecimento de sentido, e que disputa a definição mesma de sentido com outros discursos, como o dessas outras experiências que surgem no tecido social e vão se articulando entre si.

Nossa investigação quis conhecer e discutir esse discurso, como forma de vivificá-lo e afirmar —ou não— a possibilidade da disputa contra hegemônica que tais tipos de experiência fazem. Ou seja, a investigação procura entender se o modo de organizar o trabalho em tais experiências, que estamos chamando provisoriamente de organização alternativa, sinaliza em si uma forma não só de resistência ao, mas uma disputa mesmo do modo hegemônico de organizar.

Na próxima seção, vamos explorar o conceito de *práxis* para tentar lançar as bases teóricas que permitam o entendimento futuro das práticas organizativas presentes nas experiências que estão sendo pesquisadas, articulando-as ao exercício de construção e um discurso contra hegemônico. Embora possa parecer contraditório o uso da leitura *gramsciana* de *práxis* quando —em relação à categoria hegemonia— optamos por trabalhar com uma releitura de sua obra, justificamos tal uso porque queremos com essa categoria identificar como as práticas de organização do trabalho materializam uma perspectiva política de sociedade, tema que é central no pensamento de Gramsci.

1.2. A organização do trabalho como *práxis*

Gramsci sustentava que o marxismo, que ele chamava de filosofia da *práxis*, é uma filosofia em si mesma, não necessitando, portanto, de aporte de outras filosofias. Para Gramsci (1981: 32), “[...] a filosofia de uma época histórica, portanto, não é senão a ‘história’ dessa mesma época”. “Ao que parece, somente a filosofia da *práxis* realizou um passo à frente no pensamento sobre a base da filosofia alemã, evitando qualquer tendência para o solipsismo, historicizando o pensamento na medida que o assume como concepção do mundo” (Gramsci, 1981: 33, grifos do autor).

Ao refletir sobre o que é o homem, ele rechaça a definição de natureza humana e afirma que ela não pode ser encontrada em nenhum exemplar em particular da espécie, mas em toda história do gênero humano, a partir do conjunto de relações sociais que ele experencia em cada contexto histórico. O agir e o pensar humanos se determinam nesses contextos, e é somente isso que poderia determinar o humano:

Desta forma, chega-se também à igualdade ou equação entre ‘filosofia e política’, entre pensamento e ação: em suma, a uma filosofia da *práxis*. Tudo é político, inclusive a filosofia ou as filosofias, e a única ‘filosofia’ é a *história em ato*, ou seja, a própria vida” (Gramsci, 1981: 44, grifos do autor).

Gramsci afirma que todo homem é um filósofo, pois a filosofia está presente na linguagem, no senso comum e mesmo na religião. É possível, contudo pensar com ou sem consciência crítica, o que vai determinar se o sujeito vai elaborar a sua própria concepção de mundo ou assimilar passivamente de uma concepção que lhe é imposta. “O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que somos realmente” (Gramsci, 1981: 12). Se uma linguagem contém os elementos de uma concepção de mundo de uma cultura, então a linguagem de um sujeito também contém a concepção de mundo que ele possui e, nessa perspectiva, ele é um construtor de sentido.

O autor explora, contudo, qual seria a verdadeira filosofia: a que o sujeito afirma logicamente ou a que se deduz dos seus atos? E conclui que não se pode destacar a filosofia da política, ou seja, o modo de pensar, de um sujeito ou de um grupo, do seu modo de agir, pois “[...] a escolha e a crítica de uma concepção de mundo são, também elas, fatos políticos” (Gramsci, 1981: 15).

Por filosofia, o autor assume um modo de elaboração das ideias e de concepção do mundo que seria superior ao senso comum, sinalizando que é um pensamento dotado de razão crítica, alimentada pela leitura igualmente crítica da história. Nas palavras de Gramsci, esse homem da massa não possui “consciência teórica” da sua ação, ou seja, não há um pensamento crítico sobre a sua própria ação e

disso decorre que no campo do senso comum o sujeito pode ter ações contraditórias com a própria concepção de mundo que ele professa.

O problema contudo, não é de coerência pessoal, mas a ausência da compreensão crítica de si mesmo, que deixa o sujeito vulnerável à concepção de mundo dos outros, uma vez que não é capaz de refletir criticamente sobre a sua condição. “Portanto, também a unidade de teoria e prática não é um fato mecânico, mas um devenir histórico” (Gramsci, 1981: 21). E Gramsci salienta que essa tomada de consciência tem implicações que não são somente pessoais para o sujeito, mas também sociais. Pensar e agir sobre o processo histórico real é uma ação do indivíduo sobre a sociedade, assim como sua reflexão não é individual, mas fortemente marcada pelas relações sociais em que está implicado.

Para a superação dessa condição é preciso organizar-se e, segundo Gramsci, não há organização sem intelectuais capazes de elaborar conceitual e filosoficamente o pensamento presente no senso comum. Nessa perspectiva, o processo de desenvolvimento está ligado a uma dialética intelectuais-massa, processo que é marcado por cisões e agrupamentos, avanços e recuos, contradições que são a própria marca da história.

Esse conjunto de preocupações de Gramsci colocam a questão da unidade dialética entre o pensar e o agir como central: a unificação de teoria e prática pode ser compreendida como o processo histórico real, e a unidade dialética entre pensar e agir, teoria e prática, filosofia e política, como ôntica. Gruppi (1978) aponta que embora seja justo defender que exista íntima relação dialética entre filosofia e política, é preciso cautela para *identificar* uma com a outra, pois há entre ambas, segundo o autor (Gruppi, 1978:137) [...] toda uma série de mediações que devem ser levadas em conta”, mediações essas dadas pelas condições materiais e históricas a que estão sujeitos os homens e as culturas, e que marcam tais relações.

A noção de práxis em Gramsci, desse modo, é marcada pelo seu entendimento da capacidade da “filosofia da *práxis*” de se mostrar como filosofia que superou filosofias vulgares anteriores a ela. Vázquez (1977: 117) lembra que em Marx a noção de práxis, “[...] como atitude humana transformadora da natureza e da sociedade, passa para o primeiro plano”, e isso talvez possa justificar a força com que Gramsci abraça essa categoria a ponto de identificar como algo quase único, os dois polos do par dialético ação/pensamento que a constituem.

Também Vázquez (1977) faz uma leitura marxista e histórica da concepção de *práxis*, com muitos pontos em comum com aquela defendida por Gramsci. Para ele, a noção de práxis é desenvolvida em Marx a partir de um processo de superação – no sentido dialético – de duas leituras anteriores: do idealismo alemão e do materialismo vulgar. Do idealismo alemão a superação aponta para a leitura das condições materiais de existência como condicionantes do pensamento e da razão humanas, que não poderiam ser entendidos como imunes ou suspensos dessa materialidade. E do materialismo vulgar a noção marxiana se distancia na medida em que percebe essa mesma materialidade como resultado de um processo histórico, e não como estado “natural” em que as propriedades seriam todas imanentes ao próprio objeto.

Nessa perspectiva teórica de Marx, portanto, o ser-no-mundo dos sujeitos e as suas reflexões sobre essa própria existência passam a constituir efetivamente uma *práxis*. Dito de outro modo, o pensamento crítico do homem passa a olhar para os objetos da materialidade como objetos dotados de história e ao mesmo tempo como resultado de todas as relações que a constituiu. No limite, o sujeito passa a ver a si mesmo como ser histórico cujo próprio pensar é marcado pelas mesmas condições que estão a determinar ou, ao menos, condicionar, as coisas à sua volta.

Assim como em Gramsci, também em Vázquez (1977) se reconhece no senso comum certos traços de consciência dos sujeitos que, entretanto, é marcada por uma leitura ingênua das coisas/objetos, que não reflete sobre elas e, assim, aceita resignadamente as suas condições históricas como imanentes.

Ao nível das experiências contra hegemônicas que foram pesquisadas, a noção de *práxis* que estamos revisando é fundamental para que se possa construir um olhar capaz de perceber um

possível/eventual modo de organização que seja uma *práxis*, ou seja, uma ação em que os sujeitos implicados na experiência estejam, ou possam estar, conscientes, simultaneamente, das circunstâncias e demandas operacionais de trabalho e do seu modo de agir e se organizar frente a tais demandas. Ressalte-se, ainda, que essa *práxis* se inscreve na perspectiva da organização coletiva, auto organizada e de livre adesão que marca as experiências pesquisadas.

Portanto, a apropriação dessa categoria para a nossa pesquisa é fundamental para pensar o trabalho como uma *práxis*, e aqui, obviamente que ainda como hipótese, estaríamos diante de um trabalho que já nasce de uma ação consciente de pessoas que negam as alternativas tradicionais às quais já estiveram vinculadas e tentam, assim, construir um modo coletivo e auto organizado que corresponda à elaboração material de um devir cunhado a partir da crítica reflexiva sobre a própria condição e trabalho anteriores.

Em outras palavras, a reflexão nascida de uma ligação entre a consciência (os sujeitos envolvidos na experiência) e o objeto (os modos de trabalhar aos quais esses mesmos sujeitos já estiveram ligados), teria sido capaz de elaborar uma teoria sobre o trabalho que aponta para uma construção outra, superação de outros modos de organizar o trabalho, cujo entendimento é o nosso objeto na investigação.

A próxima seção, com a apresentação do método de pesquisa que vem sendo empregado, procuraremos esclarecer como vamos nos aproximando dessa elaboração teórica, e como ela foi co-elaborada com os próprios sujeitos implicados na experiência.

2. Método de pesquisa

Conforme reflexão feita na seção anterior, chegamos à conclusão de que é indissociável desse seu significado social um *fazer organizativo* que esteja lastreado pela elaboração teórica crítica e historicizada do trabalho.

Se partirmos da própria noção de *práxis*, seria uma incorreção teórica reputar o que podemos chamar de discurso contra hegemônico —com o qual esse tipo de experiência, em geral, e a que está sendo pesquisada, em particular, se aproximam em um processo de cadeias de equivalência— e as práticas organizativas que as mesmas elaboram para trabalhar como questões separadas ou distintas. Talvez como recurso analítico se possa localizar ambas, pensar e agir, como momentos de uma dinâmica dialética, mas não como categorias distintas de um fenômeno. Não, ao menos, *este* fenômeno.

Ainda por coerência teórica e metodológica, é preciso dois cuidados que a pesquisa tem observado. Em primeiro lugar, por estar dirigindo seu olhar para uma *práxis* estamos diante de um processo de reconstrução permanente de conceitos e de teorias, portanto seria incoerente tentar tanto procurar identificar nessas experiências traços de teorias anteriores em que se pudessem classifica-las, assim como validar teorias a respeito das mesmas. Adicionalmente, e também por estarmos conhecendo uma *práxis*, a produção teórica, ou a produção de conhecimento a respeito das experiências, do seu estar no mundo e das suas práticas organizativas, é um processo que não pode ser feito pelo que Gramsci chamou de “elite intelectual”, mas pelos intelectuais orgânicos das próprias experiências: os sujeitos que se auto-organizam para trabalhar.

Nessa perspectiva de construção de conhecimento, nos remetemos à noção de *grounded theory*, processo investigativo em que a própria coleta, organização e análise dos dados vai construindo os quadros de análise [frameworks] para esses mesmos dados. A não existência de um quadro teórico prévio para a análise dos dados que emergem da pesquisa não significa a inexistência de reflexão teórica prévia, mas aponta para a sua insuficiência explicativa e parte do reconhecimento que o fenômeno pode fazer emergir uma construção teórica particular, contextualizada e que lhe ajude a conferir sentido, mesmo que este seja provisório, contextualizado e histórico. Na nossa pesquisa, por

exemplo, partimos da reflexão teórica apresentada nas seções precedentes, que nos leva exatamente à conclusão de que o sentido dessas experiências, seu lugar social e, especialmente, a natureza (ou condição) do modo como nelas se organiza o trabalho estão por ser construídos e elaborados no seu próprio processo —histórico— de construção e pelos atores nelas diretamente implicados.

O uso da *grounded theory*, nos explica Charmaz (2000), pode levar a abordagens tanto positivistas quanto construtivistas. Na perspectiva positivista, a principal característica é o pressuposto ontológico de uma verdade objetiva que se encontra escondida ou ininteligível no real e que precisa ser descoberta e revelada pela ciência e comprovada mediante evidências convincentes. É evidente que uma pesquisa como a nossa, pensada para entender uma *práxis*, não pode partir desse tipo de abordagem: o real na *práxis* é sempre uma construção histórica e futura, um *devoir*. Nossa pesquisa poderia ser tomada como ela mesma uma *práxis*, partindo de uma abordagem construcionista e crítica que nos leva a pensar que o “real” que se pretende conhecer é construído historicamente e que, portanto, não pode ser imaginado *a priori* e também não somente pelo pesquisador, mas também pelos sujeitos históricos que o constroem.

Charmaz (2000) também sinaliza que a *grounded theory* diz respeito mais a uma abordagem do que a um método específico de coleta ou análise de dados, dando ao pesquisador liberdade para lançar mão de diferentes técnicas que lhe permitam, conforme a natureza e circunstâncias da investigação, fazer emergir as categorias necessárias para a construção teórica.

Tal construção teórica, que pode emergir da pesquisa, no presente caso um modo de organizar o trabalho, deve ser também pensada como base para a ação, ou seja, como um entendimento do real que guie as ações futuras e recorrentes dos sujeitos frente a ele.

Também como abordagem básica de pesquisa, nos parecia evidente ser necessária postura etnográfica de trabalho, pois não estamos tratando de observar, conhecer ou diagnosticar um modo de trabalho reificado e prático —prático aqui, no sentido utilitarista e mecânico— mas talvez um *modo de vida*.

Os dados apresentados na próxima seção estão sistematizados a partir de entrevistas com os cooperados do Coletivo investigado nessa primeira aproximação empírica, resultam de pesquisa em documentos internos da organização e observação participante no cotidiano de trabalho, reuniões e assembleias da cooperativa.

A primeira tentativa de processar esses dados para construir um conceito provisório de organização alternativa foi realizada em 2016, quando foi apresentado numa assembleia da cooperativa o resultado de uma primeira análise de conteúdo das entrevistas e documentos, feita pela equipe de pesquisa, então formada por dois pesquisadores da universidade. Foi discutida essa proposta de categorização com os sujeitos do coletivo, validando grande parte da pesquisa, de forma que esses sujeitos atuaram também co-produtores do conhecimento a respeito dos modos como organizam seu próprio trabalho.

Após essa etapa, a observação participante serviu como a etapa reflexiva, também chamada de adensamento da categorização inicialmente proposta. A construção dessa categorização se deu a partir da interpretação das falas e das práticas da organização, e para isso se recorreu principalmente à análise de discurso, em que buscamos identificar a construção de sentido que os sujeitos fazem sobre seus atos no processo de organização do trabalho. Embora o exercício categorização, como método de organização das falas e sentidos, se assemelhe ao que é proposto na técnica de análise de conteúdo, concordamos com Caregnato e Mutti (2006) que o horizonte ontológico da técnica é a existência de um real pré-existente, enquanto a análise de discurso possui aquele matiz fenomenológico de que a construção do real se dá —ou se completa— pelo sentido que os sujeitos conferem à sua ação e ao seu discurso. Essa última perspectiva nós avaliamos que encontra correlação com a proposta da pesquisa e não aprisiona o potencial político e imaginativo dos sujeitos que estão nessas experiências.

Assim, a próxima seção está subdividida entre apresentar: a) alguns dados e a caracterização da experiência pesquisada; b) a proposta de categorização do seu modo de organizar o trabalho.

3. Apresentação da experiência estudada e avaliações preliminares para balizar a pesquisa

A experiência que estamos pesquisando se chama CATARSE, que é um coletivo de profissionais de comunicação formado há pouco mais de dez anos em Porto Alegre. O grupo se organiza no formato jurídico de uma cooperativa, porém seus participantes afirmam que não são “donos de uma cooperativa”, e sim “trabalhadores sem patrão”. Tal inversão de discurso sinaliza uma opção do grupo pelo processo de trabalho autogestionário e horizontal. Autodenominam-se como “um coletivo de comunicação organizado nos princípios do cooperativismo, da autogestão e da economia solidária”.

A maior parte dessas pessoas é jornalista, artista em diferentes linguagens (música, teatro, fotografia, artes plásticas), produtor cultural, ou, na maior parte das vezes, mais de uma delas ao mesmo tempo. Suas participações no coletivo são uma opção consciente e longamente discutida após experiências anteriores de trabalhos “tradicionais”, e não decorrência de falta de opções de trabalho.

A CATARSE se empenha no resgate documentado de culturas, mas também na documentação de questões sociais e culturais contemporâneas que poderíamos chamar de contra hegemônicas, como as lutas por preservação ambiental, a denúncia de más condições de trabalho e saúde dos trabalhadores bancários e a memória de perseguições políticas no período da ditadura militar no Brasil de 1964-1985, entre outros temas.

Além de financiamentos públicos, o coletivo também realiza trabalhos remunerados a partir de parcerias com sindicatos de trabalhadores, movimentos sociais e outros movimentos culturais. Contratações por parte de empresas privadas para documentar suas práticas estão fora de cogitação, e o estatuto da cooperativa proíbe a produção de propaganda político-partidária.

Assim, a CATARSE parece se inserir em cadeias de equivalência entre diversas manifestações, organizações e movimentos que, reconhecendo identidades diferentes entre si, reconhecem igualmente um antagonismo comum, uma identidade outra à qual se opõem de modo equivalente, provavelmente o capitalismo e seus distintos desdobramentos. Um coletivo de comunicadores que quer produzir comunicação fora dos veículos da grande mídia, dominados pelo capital e por sua ideologia, não conseguirá jamais estabelecer uma identificação objetiva ou de *plena* equivalência com um sindicato de trabalhadores, um grupo de ambientalistas ou um grupo de cultura popular. Não são suas positivities identitárias que as unem, mas relações de equivalência “[...] pelas quais as diferenças mútuas são canceladas/redefinidas por sua remissão a ‘algo idêntico’ subjacente a todas elas” (Burity, 1997: 20, grifo do autor). Esse “algo idêntico” constitui a exterioridade antagônica que permite construir essas relações de equivalência, que Laclau e Mouffe (2001) chamam em alguns momentos de *articulações hegemônicas*, e que é o que nos permite pensar que tais experiências podem ser chamadas de contra hegemônicas sem reduzi-las a uma única e reificada identidade.

Há um espaço coletivo em que o grupo se reúne: uma sala com cerca de 40m², nos quais se organizam diferentes espaços de trabalho, com computadores e mobiliário. As paredes contam a história do coletivo, repletas de cartazes com registro das suas realizações e participações, que dividem espaço com outros cartazes de movimentos e lutas sociais e de diferentes manifestações e eventos artísticos e culturais, além de pinturas e grafites. Falamos das paredes que dividem o espaço da CATARSE do exterior, que não por acaso delimitam, com o simbolismo linguístico tão colorido das paredes, a sua exterioridade (não mais no sentido físico) antagônica que reforça a identidade do grupo. As diferentes formas de opressão, violência e invisibilização parecem constituir a exterioridade em relação à qual é possível construir tal identidade, uma *posição discursiva* antagônica que atua nos espaços sempre instáveis das fronteiras entre ela e seu antagonista - característica do social que garante a possibilidade de deslocamento permanente dos pontos nodais que podem definir os

discursos hegemônicos. Essa instabilidade das fronteiras entre identidades antagônicas, que para Laclau e Mouffe (2001) são constituintes do social, é que garante a possibilidade permanente da sua própria transformação.

No espaço interior da sala só existem paredes para dividir uma toaleta e uma sala de guarda de muitos equipamentos de filmagem que, por questão de segurança, recebem esse cuidado especial. Todo o restante do espaço é aberto e permite que todos se enxerguem e estejam ao alcance da voz do outro, valorizando o coletivo e a comunicação. A opção coletiva e autogestionária da CATARSE é suportada, portanto, pelas condições espaciais, como uma forma de linguagem que também vai contribuindo para a construção da identidade e dos significados que vão sendo nela partilhados.

3.1. Proposta preliminar de categorização do modo de organizar o trabalho da experiência pesquisada

O primeiro exercício de categorização do conceito de Organização Alternativa levou à proposição de cinco categorias de características que marcam o discurso e a prática da organização do trabalho nesse coletivo. Atribuímos, também em caráter provisório e arbitrário, nomes que tentam identificar esses conjuntos de características, e que se utilizam de expressões utilizadas pelos próprios associados nas entrevistas e observações. Ao longo do texto, outras expressões colocadas entre aspas indicam igualmente que se trata de transcrição literal de falas de associados.

A primeira categoria proposta chamamos de **visão de mundo**. Significa o compartilhamento de um *ethos* não necessariamente explícito, mas que anima o trabalho do coletivo. Não corresponde, entretanto, a uma missão ou visão organizacional escrita em um quadro na parede ou professadas em documentos. A visão de mundo foi fundamental para o processo de criação da CATARSE, depois de profundas discussões dentro de outra cooperativa da qual os sócios fundadores da Catarse fizeram parte antes de a fundarem: a divergência de modos de olhar para o mundo e o trabalho que pode ser feito na construção desse mesmo ideal foram decisivos para fazer com que esse grupo saísse de cooperativa anterior para formar a CATARSE.

Compartilhar uma visão de mundo parece algo decisivo para animar o trabalho e para determinar a entrada e saída de pessoas do coletivo, assim como para se estabelecer parcerias e relações com outras organizações e coletivos nos projetos em que atua. Existe o que foi nominado como um “espírito coletivo”, ou seja, a noção de que há outras pessoas com quem é possível trabalhar e compartilhar sonhos de transformação social.

A visão de mundo do coletivo é crítica em relação a questões sociais hegemônicas, como os valores da individualidade e da competição capitalista, de degradação ambiental, o patriarcado e o não reconhecimento de direitos de minorias culturais e étnicas. O compartilhamento dessa visão implica em generosidade com outros coletivos animados pelas mesmas propostas transformadoras, sejam elas de cunho ambiental, cultural, econômico, político, ou várias dessas lutas organizadas simultaneamente.

Esta visão de mundo parece estar *encarnada* nos sujeitos. Não se trata somente de retórica, mas se desdobra na própria pauta de produção cultural da Catarse e na decisão de para quem a cooperativa vai prestar serviços. Essa noção de encarnação da visão de mundo remete para o segundo conjunto de características, que nominamos de **trabalho militante**.

Trabalho militante significa que o mesmo é luta e resistência. Como sinalizado na fala de um dos fundadores, “o fato de existir a cooperativa já é uma militância, uma luta, uma resistência”. Ou seja, parece que não basta as pessoas terem e compartilharem uma visão de mundo. É preciso que tal visão se derrame para a ação, e essa ação é o trabalho, tomado como uma militância, como uma luta no mundo que “toca na ferida” das questões sociais.

A militância tem dois significados distintos nas falas dos diferentes sócios: representa uma prática de luta social e de resistência às práticas e discursos hegemônicos, pois como coletivo de comunicação o grupo constrói outras pautas que não tem espaço na mídia dominante e que estão ligadas aos processos de transformação social e de lutas contra hegemônicas.

Mas a noção de trabalho militante também remete à execução de trabalhos não remunerados que são feitos a título de experimentação dentro do coletivo ou como contribuição direta às lutas sociais.

Em síntese, esse segundo conjunto de características indica que o trabalho é um modo de vida que articula uma visão de mundo. Trabalhar, para esse coletivo, não se resume a uma ação desconectada —ou alienada— das relações sociais. Trata-se de ser remunerado por fazer um trabalho que tem intenção política e, portanto, significado para o sujeito que o faz. Trabalho e ativismo político parecem se articular de modo indivisível.

O terceiro conjunto de características diz respeito propriamente ao **modo de organização do trabalho** e, nessa perspectiva, é uma dimensão que se aproxima dos conceitos de organização alternativa ou contra hegemônicas que se encontra na literatura, pois revela a presença de práticas organizacionais que diferem daquelas esperadas em organizações burocráticas.

Esse modo de organizar o trabalho é reputado como uma “anarquia que funciona”, ou uma “organização desorganizada”, e indica a que, por exemplo, a formalidade dos cargos é prevista para cumprir regramentos legais que exigem essa indicação nas atas de eleição da cooperativa, mas não implica em relações de poder ou subordinação entre os sócios.

São reconhecidas e valorizadas as diferenças pessoais e, em especial, a capacidade individual de cada sujeito como criador/a de conteúdo e de ideias para o coletivo. Garante-se, com isso, a pessoalidade como traço marcante do trabalho coletivo, o que constitui um espaço em que se vivem afetos, acolhimento, confiança, amizade e apoio mútuo, traços indesejáveis —e mesmo impensáveis— no ambiente de trabalho impessoal e puramente racional.

Busca-se a horizontalidade nas relações, e a ideia de “liderança” é fortemente rechaçada pelos cooperados. A ocupação de cargos formais previstos na legislação é vista como um ônus ao associado, pois ela implica em cumprir funções burocráticas de rotina que tomam tempo do trabalho que chamam de “autoral”, ou seja, aquele trabalho em que ele/ela exerce sua criatividade. Ocupar um cargo não gera, na avaliação esposada pelos entrevistados, nem um tipo de vaidade ou sensação pessoal de poder. Ao contrário, a ocupação dos cargos formais de direção nem mesmo agrada as pessoas.

A horizontalidade também garante intensa troca de conhecimentos entre os sócios, pois a mesma serve de vetor para a organização do trabalho nos projetos, que são momentos em que funções são divididas conforme interesse e aptidões pessoais, mas que, muitas vezes, demanda que exista troca de funções, apoios mútuos e, com isso, aprendizagens cruzadas.

Tais trocas e aprendizagens se derramam também para além da dimensão profissional, e leva à construção de relações pessoais que aprofundam as identidades iniciais de compartilhamento da visão de mundo. As discussões a respeito dos aspectos políticos e ideológicos dos projetos e das propostas de trabalho rompem qualquer possibilidade de impessoalidade nas relações e nas decisões. A organização do trabalho parece servir à realização da visão de mundo e das lutas/militâncias pessoais e do coletivo.

Há presença muito baixa ou nula de regras formais e formalizadas de trabalho. Respeitam-se alguns fluxos e combinações de trabalho, especialmente às ligadas a prazos e demandas legais e financeiras nos projetos e exigidas pelos financiadores. Já os processos de tomada de decisão, comunicação interna, distribuição de tarefas e organização dos tempos de trabalho estão *frouxamente* organizados e passam por sucessivas pactuações sempre provisórias e com configurações contingenciais.

Essa busca de horizontalidade demanda muita escuta mútua, flexibilidade e capacidade de entender o outro, o que implica, muitas vezes, em abrir mão dos posicionamentos e escolhas pessoais. Isso leva

à presença do quarto traço marcante do processo organizativo, que é a **tensão entre o coletivo e os sujeitos individualmente considerados**, que são agenciadas com movimentos e alternâncias permanentes. Na fala de um associado, “há um coletivo e 11 mundos”, a indicar as ideias e posições de cada um dos onze sócios ativos no momento da pesquisa.

Trabalhar no coletivo implica em abrir mão de pontos de vista pessoais. Acatar decisões coletivas não é, contudo, uma mera subordinação ou submissão cega às decisões coletivas ou posição de outro associado: todos têm direito de dialogar, argumentar e refletir, expondo ao grupo suas ideias e posicionamentos e o debate coletivo encaminha consensos, também sempre contingenciais. Não há decisões coletivas decididas por votação.

O trabalhar em coletivo deve permitir —e para alguns permite— realização política, pessoal e artística. Muitos sócios relatam que sem o coletivo não conseguiriam dar materialidade a projetos pessoais, pois o apoio e conhecimento de outros sócios e o apoio material da cooperativa viabilizam trabalhos e criações autorais. Há certa contradição entre criação coletiva e criação autoral, mas os sócios parecem fazer esse agenciamento permanente, que passa pela negociação de tempos e espaços para se comprometer com o coletivo ao mesmo tempo em que realiza projetos seus.

O trabalho coletivo parece requerer doação de tempo da vida pessoal, do tempo pessoal de ócio e criação. Essa doação de tempo para o coletivo retira, além do tempo de criação pessoal, tempo de possibilidade de exercício de trabalhos remunerados, o que leva a um outro aspecto dessa mesma contradição sujeito/coletivo.

Todos cooperados atuam em atividades remuneradas também fora do coletivo, em projetos que, se não chegam a ser totalmente “externos”, pois mobilizam recursos materiais e às vezes apoio remunerado ou não de outros sócios da cooperativa, têm identidade e agenda próprias. Mesmo assim, a maior parte da remuneração de todos sócios é oriunda da CATARSE.

Essa permeabilidade das fronteiras organizacionais, pensadas a partir dos projetos e envolvimento das pessoas que constituem o coletivo, remete para uma reflexão ainda a ser ampliada na pesquisa, e que pode vir a constituir uma categoria heurística ou eixo de análise importante para pesquisas futuras. A representação gráfica do coletivo, a partir dos sujeitos que o constitui poderia revelar detalhes importantes sobre o modo como se dá esse agenciamento constante entre sujeito e coletivo, o que nos parece um ponto fundamental para entender tais organizações como fenômeno de transformação social.

Uma categoria final identificada diz respeito a outra contradição presente na organização alternativa, entre **formalidade e informalidade das práticas organizacionais**. Tal contradição, assim como a relatada anteriormente, demanda agenciamento permanente dos sujeitos para transitarem de um espaço para outro. O espaço —ou tempo— da formalidade diz respeito a momentos em que a demanda formal, jurídica e burocrática bate à porta da cooperativa, exigindo que se faça e registre assembleias, que as atas respectivas sejam devida e formalmente registradas, que os prazos de elaboração de projetos ou a sua respectiva prestação de contas sejam cumpridos, assim, como as metas e objetivos nele contidas, ou que na troca de cargos a cada eleição o novo presidente e tesoureiro assinem as fichas no banco, entre outros.

Tais condições de funcionamento são inescapáveis para existir uma organização que tenha finalidade econômica: um movimento social ou outros coletivos com intenções políticas ou artísticas, por exemplo, não tem demandas dessa natureza, ou elas podem não ser tão centrais. Por outro lado, a organização dos processos de trabalho, como descrita na terceira categoria apresentada, mostra o desejo de construir um ambiente em que tal tipo de exigência não esteja presente e que não perturbe o processo de comunicação, criação e aprendizagens entre os sujeitos.

Tal contradição não paralisa o coletivo. Pelo contrário, ela estimula essa necessidade de permanente agenciamento que parece ser uma condição constitutiva das organizações alternativas, pois se a ordem

burocrática ainda é inescapável, ela não contamina as práticas *frouxas* que garantem o próprio exercício do alternativo.

3.2. Considerações gerais sobre a categorização proposta

Essa primeira categorização é um esforço inicial de entendimento de uma experiência que, de acordo com a própria dinâmica da *grounded theory*, deve estar sujeita a modificações das mais diversas ordens à medida que ela voltar a ser usada como ferramenta de análise para essa e outras experiências de organizações alternativas. Um segundo coletivo de produção de alimentação vegana e ativismo nesse campo já foi igualmente estudado e atualmente a análise de conteúdo das entrevistas está sendo feita para adensar e/ou distender a presente categorização, que em breve deve ser objeto de nova reflexão a ser publicada.

É necessário, ainda, enfatizar que a busca de um conceito de “organização alternativa” não pretende aprisionar as experiências. Ao contrário, a escolha teórica e metodológica da pesquisa quer respeitar e compreender todas manifestações organizativas que a criatividade e inventividade das experiências afirmam. Muito possivelmente, o horizonte de pesquisa aponta para a possibilidade de conceitos, no plural, de diferentes formas e discursos organizativos, cuja compreensão pode servir de fermento para as *práxis* desses mesmos coletivos e para as lutas políticas que eles empreendem e representam.

Por essa relativa “frouxidão” da abordagem da *grounded*, que permite se lançar mãos de diferentes técnicas de coleta e de análise de dados e pelos resultados parciais já alcançados, em especial a “validação” das categorias pelos sujeitos da experiência e os primeiros sinais de que eles/elas tenham passado a agir como “pesquisadores/as de si mesmos”, é possível se pensar que a abordagem *grounded* é adequada para se conhecer e pensar criticamente as chamadas organizações alternativas.

Evidentemente o avanço e o aprofundamento da pesquisa, com desdobramento para outras experiências e com olhares de outras disciplinas, é que vai possibilitar responder à questão com segurança e precisão crescentes, mas o balanço parcial da pesquisa permite chegar a tais conclusões preliminares.

Considerações preliminares da investigação

No presente artigo procuramos apresentar e experimentar o embasamento teórico e metodológico pensado para o projeto de investigação, que procura conhecer, entender e potencializar formas contra hegemônicas de organização do trabalho, entendidas como uma *práxis*, ou como uma ideia em ação.

Para isso, procuramos deixar claro o que estamos chamando de contra hegemônico, do ponto de vista da construção de um discurso que seja capaz de articular sentidos e significados para as relações sociais que se deseja construir, mas, principalmente, como esse discurso dialoga ou se “derrama” para práticas organizacionais em experiências que constroem e ao mesmo tempo se alimentam desse discurso.

Nesse esforço teórico, recorreremos à construção do termo hegemonia na tradição marxista de Gramsci e na sua releitura pós-marxista de Laclau e Mouffe, assim como à noção de *práxis*, igualmente dentro dessa mesma tradição. Entendemos que a primeira dessas categorias ajuda a definir a posição e a reflexão que uma experiência dessa natureza constrói; e a segunda, como essa reflexão se transforma num entendimento —ou numa teoria— que procura orientar e definir o modo de organizar o trabalho no seio dessa mesma experiência, embora seja extremamente impreciso distinguir onde começa e onde termina cada um desses dois momentos dialéticos da mesma dinâmica.

A partir desse embasamento, definimos diretrizes metodológicas que pudessem nos ajudar a apreender melhor essas dinâmicas e construir, também numa *práxis* partilhada com os sujeitos-

trabalhadores dessas experiências, novas reflexões e discursos —como cadeias de significados— que possam mover os horizontes sociais presentes. Ou seja, aspirávamos a uma produção intelectual que seja, também ela, uma resistência política ao que existe e nos oprime.

Os resultados da extensa pesquisa —porque inspirada e marcada por traços etnográficos— permitiu a proposição de uma categorização preliminar das experiências contra hegemônicas de organização do trabalho, em que é possível se vislumbrar um organizar (ato) que está indissociado do modo como os sujeitos olham e interpretam (ideia) o mundo, o que nos permite identificar traços de uma *práxis*.

Por conta justamente dessa leitura da organização pesquisada como uma *práxis* é preciso sublinhar o que parece ser uma condição constituinte desse tipo de experiência, ou seja, a sua existência em meio a contradições que ela nega e tensiona. Para além da ideia de um tipo de organização que poderia ser romântica e ingenuamente tomada como única e grande alavanca de transformação da sociedade capitalista, nos parece necessário lê-la como uma forma de permanente tensionamento das contradições próprias do capitalismo que, de forma espelhada, se refletem nas suas dinâmicas internas e nas suas relações para fora.

A categorização provisória proposta identifica justamente que a experiência pesquisada enfrenta internamente contradições que podem ser esperadas, ao encarnarem um modo de organização que desafia a hegemonia. Não obstante, essa contradição não nos parece um problema a ser resolvido. Ao contrário, é precisamente no modo de vivenciar e lidar com tais contradições que podem residir chaves teóricas e políticas importantes para o permanente enfrentamento e ressignificação das contradições, numa verdadeira *práxis* histórica para além da própria organização individualmente considerada.

Como salientado ao longo do trabalho, a proposição apresentada é provisória e não quer reduzir o fenômeno ao conceito. Sua provisoriedade —ou contingencialidade, para nos apropriarmos do vocabulário de Laclau e Mouffe— decorre da interpretação das práticas e discursos de uma única experiência. Outra experiência está sendo estudada: presentemente há um conjunto de entrevistas e observações que está permitindo adensar a categorização aqui apresentada e futuramente pode complementar este estudo.

Mais do que fazer a sempre necessária atualização e oxigenação de um campo de conhecimento, este texto e o programa de pesquisa em que se insere têm também a pretensão política de pensar e de ajudar a impulsionar as transformações sociais. Entendemos o campo da organização do trabalho como espaço profícuo para conhecer todas contradições e tensões dos processos transformativos, e fazemos essa opção epistemológica sabendo dos riscos teóricos e políticos da fronteira.

Referências

Barcelos, R.M.R.; Dallagnello, E.E.L. (2014). A teoria política do discurso como abordagem para o estudo das organizações de resistência: reflexões sobre o caso circuito fora do eixo. In: *Organizações & Sociedade*. Salvador, v. 21, 70, 405-424.

Bohm, S. (2006). *Repositioning organization theory: impossibilities e strategy*. Basingstoke: Palgrave.

Bohm, S.; Misoczky, M.C. (2010). Mercados de carbono: imagens do norte e do sul. In: Misoczky, M.C.; Flores, R.K.; Moraes, J. (orgs.) *Organização e práxis libertadora* (pp. 131-152). Porto Alegre: Da Casa.

Burity, J.A. (1997). *Desconstrução, hegemonia e democracia: o pós-marxismo de Ernesto Laclau*. Informe CLACSO. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Brasil/dipes-fundaj/20121129013954/joan7.pdf>

Camillis, P. (2011). Por uma administração do cotidiano: um estudo ator-rede sobre autogestão. *Dissertação de mestrado*. Porto Alegre: Programa de pós-graduação em Administração. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Caregnato, R. C. A.; Mutti, R. (2006). Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto Contexto Enfermagem*, Out/Dez 15(4), 679-684.

Charmaz, K. (2000). Grounded theory: objectivist e constructivist methods. In: Denzin, N.K., Lincoln, Y.S. (Eds.). *Handbook of qualitative research* (pp.509-535). Thousand Oaks: SAGE.

Fals Borda, O. (2001). Participatory (action) research in social theory: origins e challenges. In: Reason, P.; Bradbury, H. *Handbook of action research: participative inquiry e practice* (pp. 27-37). London: Sage Publications.

Fiori, G. (1979). *A vida de Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Guerreiro Ramos, A. (1989). *A nova ciência das organizações*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Gramsci, A. (1981). *Concepção dialética da história*. Ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.

Gruppi, L. (1978). *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal.

Laclau, E.; Mouffe, C. (2001). *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics*. London: Verso Books.

Levy, D.L.; Egan, D. (2003). A neo-gramscian approach to corporate political strategy: conflict e accommodation in the climate change negotiations. *Journal of Management Studies*. 40:4, 803-828.

Misoczky, M.C.; Flores, R.K.; Bohm, S. (2008). A práxis da resistência e a hegemonia da organização. *Organizações e Sociedade*, v.15, n.45, 181-193.

Spicer, A. Bohm, S. (2007). Moving management: theorizing struggles against the hegemony of management. In: *Organization studies*, 28 (11), 1667-1698.

Sullivan, S., Spicer, E.; Bohm, S. (2011). Becoming global (un) civil society: counter-hegemonic struggle e the Indymedia Network. In: *Globalizations*. v.8, n.5, 703-717.

Vázquez, A.S. (1977). *Filosofia da práxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Enviado: 09/04/2021

Acceptado: 06/09/2021

Cómo citar este artículo:

de Almeida Costa, P. (2021). Experiências contra hegemônicas de organização do trabalho como práticas de resistência política: proposta preliminar de categorização. *Otra Economía*, 14(26), 14-30